

**A. I. N°** - 128984.0611/05-6  
**AUTUADO** - ATAKAREJO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.  
**AUTUANTES** - RUI ALVES DE AMORIM e OSVALDO CEZAR RIOS FILHO  
**ORIGEM** - IFMT - NORTE  
**INTERNET** - 01.11.05

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF N.º 0395-02/05**

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO. PAGAMENTO DO DÉBITO APÓS A APRESENTAÇÃO DA DEFESA. O pagamento do crédito tributário em discussão, sem ressalva, implica desistência tácita da defesa apresentada, extinguindo-se o processo administrativo. Interpretação do art. 117, I e IV, do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 12/06/2005, refere-se falta de antecipação parcial na primeira repartição fazendária de fronteira ou do percurso sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação. Sendo exigido o imposto no valor de R\$ 371,80 e aplicada a multa de 60%.

O autuado em seu arrazoado defensivo, inicialmente, esforçou-se em evidenciar a impropriedade da ação fiscal, enaltecendo o papel do contribuinte no contexto econômico baiano, em seguida invocando o princípio da Razoabilidade como base argumentativa do seu desígnio. Como preliminar suscita a nulidade do auto de infração, pois segundo seu entendimento, fora preterido o seu direito de defesa, na forma prevista no inciso II do art. 18 do RPAF, aprovado pelo Decreto 7.629/99. Aduzindo que, ao contrário do que constam nos autos, o motorista transportador das mercadorias, objeto da autuação, fora orientado no primeiro posto fiscal a seguir viagem e que “estava tudo certo” para que, “adiante”, fosse efetuada a autuação. Restando, desse modo caracterizada a preterição ao direito de defesa.

Quanto ao mérito redargui o autuado que a mercadoria ao passar pelo posto fiscal, a própria fiscalização carimbou a nota fiscal, e em seguida, orientou o motorista a continuar a viagem, afirmando não ser razoável querer que o motorista seja mais argumentativo que o preposto fiscal e afirmar que deveria ser preenchido o DAE para efetuar o pagamento. Por isto, entende o autuado ser o auto de infração improcedente. Conclui asseverando que o auto de infração é nulo, por cerceamento de defesa e, no mérito é improcedente pelo descabimento da cobrança do imposto com a imposição da multa.

Um dos autuantes ao prestar a informação fiscal, fls. 28/29, afirma que, apesar do autuado insurgir-se contra ação fiscal, não apresentou argumentos ou provas convincentes para elidir a acusação fiscal. Assevera que a ação fiscal objetivou, exclusive, resguardar os interesses do erário estadual no estrito cumprimento da legislação pertinente. Conclui reiterando a procedência da autuação, tendo em vista que os procedimentos fiscais adotados nos trabalhos de auditoria foram todos de acordo com as exigências contidas no RICMS/97-BA.

### **VOTO**

Depois de examinar todos os elementos constitutivos dos presentes autos, constato à fls. 41 a 45, que o auto de infração, ora em lide, fora baixado por pagamento, acorde extratos do SIDAT. Eis que o autuado efetuou o pagamento integral do principal exigido reconhecendo a procedência da autuação e desistindo de quaisquer defesas ou recursos administrativo interpostos

requerendo os benefícios estatuídos no § 2º do art. 1º da Lei nº 9.650/2005, fl. 31. Isto posto, deixo de adentrar ao mérito para aplicar o quanto determina o CTN no inciso I do seu art. 156, o qual adiante transcrevo, ao eleger o pagamento como uma das formas de extinção do crédito tributário.

CTN [...]

*Art. 156. Extinguem o crédito tributário:*

*I - o pagamento;*

Diante do exposto, voto no sentido de que seja declarado extinto o crédito tributário, restando, conseqüentemente, prejudicada a defesa apresentada, devendo ser os autos encaminhados à Infaz de origem, para saneamento e demais providências de alçada.

Voto pela EXTINÇÃO POR PAGAMENTO do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a impugnação apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **128984.0611/05-6**, lavrado contra **ATAKAREJO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.**, devendo o PAF ser encaminhado à Infaz de origem para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de outubro de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR